



TA-05/77 - anexos

TA-11/80

COC-91/74

Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Municipal de SANTA HELENA, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram, de um lado, o Município de SANTA HELENA, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  134, de 17 de abril de 1974, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Eng  Mário Brandalise, e por seu Diretor Financeiro, Eng  Napoleão de Araujo, para firmar o presente Contrato de Concessão nas condições expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23/01/63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de SANTA HELENA, pelo prazo de trinta anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁ GRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato, são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados, para os fins do ítem a, entre o Munic pio e  rg os federais ou estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água pot vel e de esgotos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, competéncia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que em seu traçado seja prevista a





execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropri  o ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servi  es através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da Lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado nesta data em ..... 9.131,403 UPC, correspondendo a Cr\$ 820 000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), a CONCEDENTE participar  com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula, estimada em 2.282,850 UPC, ou seja, Cr\$ 205 000,00 (duzentos e cinco mil cruzeiros), será realizada em dinheiro, em prestações mensais, iguais, em número de 48 (quarenta e oito), de 47,56 UPC cada uma, vencível a primeira no mês de fevereiro e o início das obras impreterivelmente até julho de 1975. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade, de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e ou bens direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em (ações preferenciais) no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No caso de bens e direitos aludidos

*[Handwritten signatures and initials]*





dos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto Lei n  2627, de 26 de setembro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Con -  
cessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção  
de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um  
percentual a ser definido, mediante assinatura de Termo Aditivo. D -  
CIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Po -  
der Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Para  
n -SANEPAR, de acordo com as disposições de artigo 3  da Lei de Con -  
cessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os  
pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras p  -  
blicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou  
de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se res -  
ponsabilizar  pela interrupção de fornecimento dos serviços de água  
e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como gre -  
ves, inundações, acidentes, incêndio, comoções públicas, guerras etc.  
DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visan -  
do o aprimoramento e a programação das obras de instalação e de am -  
plia  o dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de  
ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE pode -  
r  solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática  
na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. .  
DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de  
poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais provi -  
dos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fe -  
chamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito  
dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁ-  
GRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cl u -  
sula somente serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIO  
N RIA possuir condições técnicas para atender os usuários abasteci -  
dos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA  
sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do  
imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos pre -  
vistas em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não  
prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou  
rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e colet a  
de esgotos sanitários será transferido ao patrim nio do Município ,  
respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a  
responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porven -  
tura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar a SA  
NEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município.

*[Handwritten signatures]*



VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: A CONCEDENTE reservar    CONCESSIONÁRIA, a título de posse, uma faixa de 1,5 m de largura, a partir do alinhamento predial, destinada à implantação de redes de distribuição de água e da rede receptora de esgotos sanitários. VIGÉSIMA SEGUNDA: Este contrato terá sua vigência a partir da assinatura, condicionado o início de operações a trinta dias após a conclusão das obras. VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

7.  TABELIÃO

*Mario Brandalise*  
ENG  MARIO BRANDALISE  
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

Curitiba, 15 de Janeiro de 1975

7.  TABELIÃO

*Francisco Antonio Muniz*  
FRANCISCO ANTONIO MUNIZ  
PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA HELENA

7.  TABELIÃO

*Napoleão de Araujo*  
ENG  NAPOLEÃO DE ARAUJO  
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

Testemunhas:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - 2.  OFÍCIO  
Rua Mel. Floriano, 256 - Fone 24-2444  
CURITIBA - PARANÁ  
NICANOR RAMOS FILHO  
OFICIAL  
JOÃO VALDIR JUSTUS  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
COMISSÃO DE REGISTRO

7.  TABELIÃO

Na primeira via do presente reconhecimento a assinatura tr s indicada. 1  
Em 17 de Jan de 1975

Registro de Títulos e Documentos  
2.  OFÍCIO - CURITIBA  
A 1.  via Legi sob n.  4088  
L. 15 em 17 de 01 de 1975  
JOÃO VALDIR JUSTUS  
OFICIAL